

Dívida Externa

É possível um acerto com o Fundo Monetário

27 JAN 1990
GAZETA MERCANTIL

por Cláudia de Souza
de Washington

A dívida externa e as relações comerciais entre os dois países foram os temas que dominaram as conversas que o presidente eleito Fernando Collor de Mello teve, na sexta-feira, em Washington, com o presidente norte-americano George Bush e seu secretário de Estado, James Baker.

Collor reiterou que o crescimento econômico terá prioridade sobre o pagamento da dívida. A intenção do presidente, de renegociar de forma descentralizada, com a retirada pelo governo federal do aval da União de todos os contratos pendentes com os credores internacionais, assim como toda a estratégia para reescalonamento da dívida externa, passa no momento por uma revisão, de acordo com a assessora do presidente para assuntos econômicos, professora Zélia Cardoso de Mello.

Não estão descartadas duas possibilidades: a de um acerto com o Fundo Monetário Internacional (FMI), desde que o plano econômico do novo governo

coincida com as expectativas do Fundo — não haverá mudanças no programa para agradar ao Fundo —, e também a equipe de Collor está aberta à discussão da inserção do Brasil no Plano Brady, proposta do governo norte-americano que, em março do ano passado, envolveu o Fundo, o Banco Mundial e os bancos comerciais credores numa tentativa de diminuir a dívida de alguns países via novos mecanismos descentralizadores, que ainda apresenta poucos resultados.

Não se tocou, nas conversas de Collor e seus principais interlocutores nos Estados Unidos, em nenhuma pendência específica nas relações comerciais entre os dois países, sejam as contendas relativas a setores como o farmacêutico ou a reserva de mercado da informática, sejam as medidas práticas de retaliação tomadas pelo governo dos Estados Unidos, como o recente rebaixamento do Brasil no ranking de risco nas operações de crédito comercial concedidas pelo Eximbank norte-americano às exportações daquele país (desde 1º de dezembro o Brasil é

É possível um acerto com ...

por Cláudia de Souza
de Washington

(Continuação da 1ª página)

considerado país de altíssimo risco, com taxas maiores de juros, junto com a Argentina e a Jamaica).

Collor e o secretário de Estado James Baker — tido como o assessor mais próximo de Bush, que o chama de "irmão mais novo" —, falaram longamente sobre um tema recorrente nas conversas e discursos do presidente eleito em sua viagem aos Estados Unidos, a democratização do continente latino-americano e o papel do Brasil na consolidação desse processo.

O futuro presidente reiterou sua convicção de que a democracia nos países latino-americanos passa por um duro teste no momento, já que o processo de democratização se dá sem que seja assegurado o bem-estar social da maior parte da população desses países, retórica usada por Collor em todas as suas falações em público.

Numa sessão solene na Organização dos Estados Americanos (OEA), ao

cair da tarde de sexta-feira, no edifício construído em 1910, cuja elegância ficou marcada pelo sol da tarde que varou os vitrais confeccionados na época pela Tiffany's de Nova York, Collor encerrou a agenda pública de sua viagem aos Estados Unidos, falando a uma casa cheia, a maior parte de língua espanhola.

Ao receber os cumprimentos de representantes dos 32 governos membros da OEA, Collor teve perfilados a um canto da sala seus principais assessores: o ministro Gelson Fonseca Júnior, a economista Zélia Cardoso de Mello e o embaixador Marcos Coimbra, acompanhados pelo embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira.

No que foi considerado por diplomatas locais como uma sinalização pouco usual de bom relacionamento, Collor foi convidado a jantar com Bush. Presidentes eleitos que visitaram a capital, como o general Costa e Silva e Tancredo Neves, não experimentaram esse precedente, re-

sultado do estilo mais pessoal de fazer política do atual presidente norte-americano.

O convite veio no meio da tarde, num bilhete passado a Collor pelo embaixador Coimbra e recebido com um "ótimo" em meio à entrevista à imprensa concedida no National Press Club.

O jantar programado com o diretor geral do FMI, Michel Candessus, o vice-presidente do Bird, Moen Qureshi e o presidente do BID, Enrique Iglesias, foi transferido para as nove horas.

Para o FMI, a mensagem de Collor foi clara. "O programa econômico do presidente não é um plano feito para o FMI; este apenas conhecerá o plano", resumiu.

Do Banco Mundial (Bird), que tem evitado declarações públicas antes de conhecer o plano de estabilização da economia preparado pela assessoria de Collor, o presidente ouviu sinais de otimismo do Banco com relação às perspectivas de créditos via, principalmente, os chamados "policy loans" — empréstimos destinados a setores específicos da economia —, além de programas de assistência técnica já conversados entre a missão do Banco que esteve recentemente no Brasil e a assessoria econômica do futuro presidente.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), terceiro interlocutor da reunião de sexta-feira, já se dispôs a emprestar ao País cerca de 1 bilhão ao longo dos próximos três anos, atrelados aos mesmos empréstimos setoriais do Bird.

MEIO AMBIENTE

O presidente George Bush está propondo ao Congresso a promoção da Environmental Protection Agency (Agência para a Proteção do Meio Ambiente) para departamento de Estado. O chefe da Agência, William Reilly, que tem relacionamento estreito com o presidente — reconhecidamente um administrador "verde" —, estava na agenda do presidente eleito Fernando Collor de Mello para amanhã, em Washington, no final do dia.